

O continente africano na sala de aula: a experiência com deficientes visuais através de mapas táteis

Juliasz, Paula Cristiane Strina; Freitas, Maria Isabel Castreghini de; Ventorini, Silvia Elena

Universidade Estadual Paulista - UNESP | Brazil

1. Introdução

Em 2003 foi sancionada a Lei Federal 10639/03 no Brasil, a qual tornava obrigatório o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nas escolas, no âmbito de todas as disciplinas.

O objetivo proposto é empregar na escola, uma temática presente na sociedade brasileira, no entanto não reconhecida socialmente: a contribuição africana na formação do povo brasileiro. Assim, a escola assume o compromisso na “ampliação do acesso da informação sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocadas por relações étnico-raciais.” (MINISTERIO DA EDUCACAO, 2004, p.19)

Dentre todas as disciplinas escolares, nos deteremos à Geografia, a qual atribui importância ao tema no que concerne não apenas à localização e ao reconhecimento da distribuição espacial dos povos negros no Brasil, mas de suas influências histórica e cultural no território brasileiro.

Tendo em vista o potencial da cartografia no processo de apreensão de conceitos geográficos sobre esta temática, um dos desafios dos professores que lidam com alunos que possuem necessidades especiais, principalmente deficientes visuais, é possibilitar que eles tenham acesso a representações bidimensionais como figuras, gráficos e mapas.

Com base nesta problemática, desde o ano 2000, pesquisadores da UNESP - *campus* de Rio Claro - SP, dedicam-se à Cartografia Tátil com o objetivo do desenvolvimento metodológico e produção de material didático no ensino de conceitos cartográficos para deficientes visuais.

Atualmente, o grupo desenvolve o projeto “Cartografia Tátil e Mapavox: uma alternativa para construção de mapas e jogos táteis”. O software Mapavox foi desenvolvido pela parceria entre UNESP e Universidade Federal do Rio de Janeiro e tornou possível a integração de maquetes e mapas táteis ao sistema de síntese de voz – DOSVOX- possibilitando a emissão de sons.

Paralelamente a este projeto, desenvolve-se desde agosto de 2007, o projeto “Cartografia Tátil e Didática Multissensorial: uma construção diferenciada de mapas sobre a África e sua influência no Brasil [1]”, que tem como objetivo principal a elaboração da *Coletânea de Mapas Multissensoriais: Brasil e África*, para alunos deficientes visuais do ensino fundamental, no uso em classes convencionais.

Este material didático foi avaliado pelos alunos deficientes visuais em aulas práticas na EMIEE “Maria Aparecida Muniz Michelin – José Benedito Carneiro” Deficientes Auditivos e Deficientes Visuais – EE - localizada no município de Araras (SP).

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar - dentre os doze mapas presentes na *Coletânea de Mapas Multissensoriais: Brasil e África* - os resultados parciais da experiência obtida no desenvolvimento do Mapa África.

Neste sentido, faz-se necessário inicialmente, compreender a importância da lei federal brasileira 10639/03 na pesquisa aqui apresentada, contextualizando historicamente sua existência.

1. O Ensino da Cultura e História Afro-brasileira

Em 2003, foi alterada a Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, sancionando a Lei Federal Brasileira 10.639/2003 e tornando obrigatória a

abordagem de conceitos relacionados à temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nas escolas.

Santos (2005) afirma que, por meio desta lei, houve o reconhecimento da importância dos movimentos sociais anti-racistas, das injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil, possibilitando o prosseguimento à construção de um ensino mais democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram e ainda participam da formação do Brasil.

Assim, conforme Portella (2007, p.04)

de acordo com a lei, o conteúdo programático das diversas disciplinas deve abordar o estudo de história da África e dos povos africanos, a luta das pessoas negras no Brasil, a cultura negra brasileira e o(a) negro(a) na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar e, principalmente, nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira.

Portanto, tem-se como justificativa para a inserção deste conteúdo no currículo escolar, a necessidade de reconhecer a sabedoria cultural do povo africano e seu legado histórico para a humanidade. Além disso, refletir sobre a visão ideológica negativa que são atribuídas, muitas vezes, aos africanos e aos seus descendentes. E, também ressaltar positivamente a efetiva participação do povo negro no processo histórico brasileiro. (VALENTIN; BACKES, 2006)

Esta lei aparece como mecanismo para reforçar a presença africana no Brasil como formação do seu povo, buscando na educação o desenvolvimento de atividades que ultrapassam a folclorização e a inexistência de preconceitos racial na sociedade brasileira. Para Valentin; Backes (2006, p.07)

Apostamos que as possibilidades e perspectiva emanadas por meio da Lei 10.639/03 podem estabelecer novos marcos de reflexão na educação escolar brasileira. A educação voltada para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana pode promover a igualdade étnico-racial/social e a não discriminação das pessoas negras.

Assim, nota-se a importância da abordagem aprofundada, nas escolas sobre a história e a formação territorial brasileira promovendo reflexões sobre a formação cultural do povo brasileiro, já que o tema em discussão pode estar presente no cotidiano de muitos envolvidos no ambiente escolar.

Weddenburg (2005, p.60) apresenta três fatores que devem conduzir o estudo da África e da influência africana na formação brasileira:

[...] uma alta sensibilidade empática para com a experiência histórica dos povos africanos; uma constante preocupação pela atualização e renovação do conhecimento baseado nas novas descobertas científicas; e uma interdisciplinaridade capaz de entrecruzar os dados mais variados dos diferentes horizontes do conhecimento atual para se chegar a conclusões que sejam rigorosamente compatíveis com a verdade.

No que concerne à geografia ANJOS (2005, p. 167) afirma que:

A geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no espaço geográfico. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais, as potencialidades da natureza e a heterogeneidade da população. Essa é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar os lugares e suas dinâmicas mais compreensíveis, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para as incongruências e incompatibilidades espaciais

Destaca-se a importância da ciência cartográfica para os estudos geográficos, pois os conceitos cartográficos abordados juntos aos geográficos contribuem para a compreensão da dinâmica territorial e localização de fenômenos físicos e culturais. Os recursos dos documentos cartográficos são úteis no “conhecimento e na apreensão do conteúdo historiográfico e contemporâneo” (ANJOS, 2005, p. 168).

Ressalta-se que, do ponto de vista étnico, grande parte da população é negra, mulata – mestiça do negro com o branco - e cafuza – mestiça do negro com o índio (ANDRADE, 1989). Assim, ao conhecer a contribuição dos povos africanos no Brasil poderá compreender o continente africano não como uma unidade, mas sim suas especificidades e riquezas.

Como afirma Serrano; Waldman (2007, p. 12)

a África, seus povos e suas culturas tornam-se foco de sumo interesse para os profissionais da educação, requerendo em todos os níveis a devida capacitação para captar e transmitir o ponderável acervo de conhecimentos amalhados pelos africanos no tempo e no espaço.

Este é um desafio que pode ser abordado pela geografia pois, conforme Anjos (2005, p. 176) esta ciência

[...] assume grande importância dentro da temática da pluralidade cultural, sobretudo no que diz respeito às características dos territórios dos diferentes grupos étnicos e culturais, assim como aponta as espacialidades das desigualdades e exclusões. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial.

O autor destaca ainda que a cartografia tem o potencial de indicar

[...] o que aconteceu e o que está acontecendo no território, bem como de representar graficamente outras leituras da presença das populações negras no Brasil e de apontar indicadores geográficos para o processo de reconhecimento e de delimitação dos territórios quilombolas.

No entanto, Portella (2007) afirma que

Muitos (as) professores (as) brasileiros (as) ainda não sabem sequer da existência dessa obrigatoriedade e boa parte interessada em implementar a lei ainda não sabe como fazê-lo. As reivindicações por material didático e paradidático para trabalhar o tema ainda permanecem. Em muitas localidades onde educadores (as) têm acesso aos materiais e à alguma formação no tema, ainda não se conseguem traduzir esse conhecimento e esse acervo em práticas cotidianas. Para enfrentar esses desafios, é necessário realizar um diagnóstico regional e entender as demandas de cada localidade. O estudo de história e cultura africana e afro-brasileira só vai se efetivar plenamente quando

o (a) professor (a) souber o que está fazendo e entender que está propondo uma reeducação das relações raciais, que tem que ser vivida por estudantes e profissionais de educação.

Assim, busca-se contribuir na elaboração de materiais nesta temática, suprimindo a carência colocada pela autora.

No entanto, acredita-se que este desafio aumenta quando os conteúdos devem ser trabalhados com alunos deficientes visuais. É importante destacar, que *as dificuldades não são em relação à capacidade intelectual deste público em compreendê-los*, mas na ausência de preparo dos professores para trabalharem com as “diversidades”, principalmente utilizando material didático e métodos que valorizem todos os sentidos e não somente os sentidos visuais e auditivos, atendendo suas particularidades.

Desta forma, a elaboração dos mapas da África e a aula prática tiveram como base a lei que regulamenta a temática e a compreensão da percepção do deficiente visual na apreensão de conceitos geográficos e cartográficos, através de uma didática centrada na utilização de todos os sentidos funcionais.

2. Mapa tátil e deficiência visual

Ao longo dos anos diversos pesquisadores têm se dedicado ao desenvolvimento de área da cartografia para pesquisar a elaboração de materiais táteis, chamada de cartografia tátil. É constatado que seu surgimento se deve à demanda escolar, pois

Para o aluno com déficit visual, o aumento da quantidade de imagens no material didático do estudante é um empecilho que precisa ser enfrentado pelo professor na sala de aula. Quando a imagem não tem função de mera ilustração de um conceito trabalhado verbalmente, mas está articulada com o conteúdo em discussão, será necessário encontrar maneiras de tornar acessível o sentido da figura ao aluno cego (REILY, 2004, p. 46)

Deve-se considerar também que, “no âmbito escolar, a disciplina de Geografia, em especial os conteúdos da Cartografia, oferecem subsídios necessários para a ampliação dos conhecimentos dos alunos sobre o lugar em que vivem e atuam.” (JULIASZ; FREITAS; VENTORINI, 2007, p. 2476).

Neste sentido, muitas das representações bidimensionais são adaptadas para a tridimensionalidade sem um estudo prévio das reais necessidades de seus usos, assim como das facilidades e dificuldades dos alunos cegos em entendê-las. É válido ressaltar que “essa adaptação precisa ser estudada profundamente, pois apenas com uma transcrição das informações visuais para a forma tátil não se obtém resultados aceitáveis, devido à diferença de resolução entre o sentido da visão e do tato, dentre outras razões”. (ALMEIDA, 2007, p. 121)

Desta forma procura-se compreender como o aluno deficiente visual constrói esquemas espaciais, pois como afirma Vantorini (2007, p. 60)

O desenvolvimento de documentos cartográficos para este público deve partir de estudos do próprio sujeito, considerando suas fases de desenvolvimentos motor, cognitivo, experiências, idade em que se adquiriu a deficiência e, principalmente, como pode utilizar as informações obtidas por meio dos sentidos para ler e interpretar estes documentos.

É necessária a investigação de como o aluno deficiente visual interpreta um material tátil, além da necessidade, observada na literatura como Almeida; Loch (2005), Vantorini (2007) e Vantorini; Freitas; Borges (2007) quanto aos aspectos na elaboração dos mapas que se repetem, comprovando seu auxílio na leitura do material cartográfico

pelo deficiente visual. Estes fatores estão relacionados ao tamanho, textura, cor, símbolos e legenda.

A textura sempre deve ser de agradável manuseio e apresentar variações conforme o que se pretende representar e observa-se em estudos que a linha é a variável visual mais adequada para a linguagem tátil devido a sua percepção pelo tato.

Além das texturas e escrita Braille é necessário elaborar mapas com cores fortes e escrita convencional para atender alunos com baixa visão. Assim, constata-se que é por meio dos sentidos – visão, olfato, tato, paladar e audição – que o indivíduo percebe o ambiente exterior, assimila-o com sua vivência e posteriormente forma conceitos sobre o local explorado.

Neste sentido, o deficiente visual também explora, percebe e organiza os elementos no espaço, utilizando todos seus recursos sensoriais, o que não possibilita a supervalorização da visão, pois seria uma forma de depreciar essa capacidade sensorial do deficiente visual (VENTORINI, 2007).

Por isso Porto (2005, p. 25) afirma que “o invisível aos olhos do cego não é invisível à sua sensibilidade e interioridade. Com sua forma de ver e olhar o mundo, o cego, como o vidente, interroga e sente-se sujeito da sua presentidade no mundo”. Observa-se que é importante respeitar e conhecer os mecanismos que os cegos usam para estabelecer sua relação do mundo exterior com o mundo interior, por meio dos estímulos sensoriais e sua percepção.

Desta forma, pode-se desenvolver junto ao material tátil uma didática denominada de Multissensorial, que conforme Soller (1999, p.45), é

Un método pedagógico de interés general para la enseñanza y aprendizaje de las ciencias experimentales y de la naturaleza, que utiliza todos los sentidos humanos posibles para captar información del medio que nos rodea e interrelaciona estos datos a fin de formar conocimientos multisensoriales completos y significativos.

Esta didática possibilita uma aprendizagem mais completa, por não supervalorizar o canal visual, por não atribuir ao tato a função de substituto da visão e, principalmente, por valorizar a utilização dos sentidos com os processos cognitivos (VENTORINI, 2007).

Os autores Huertas, Ochaíta e Espinosa (1993, p. 256) ressaltam a importância de se compreender como os cegos podem utilizar documentos cartográficos para aprofundar seus conhecimentos sobre o espaço.

Sin duda, es importante para los profesores de geografía encargados de la enseñanza de los invidentes saber cosas tales como las peculiaridades del desarrollo y el aprendizaje del conocimiento espacial en los ciegos, los procedimientos más apropiados para exteriorizar sus representaciones espaciales, o cómo se desarrolla la capacidad para manejar mapa táctiles.

Assim, a didática multissensorial contribui para a abstração de temas presentes nos mapas, até mesmo como atrativo para leitura de um material cartográfico. Desta forma, as atividades que envolveram a Coletânea utilizaram este tipo de didática, no presente trabalho apresentaremos a contribuição que recursos, como por exemplo, os sonoros, apresentam no desenvolvimento da temática presente na Coletânea de Mapas da África.

Neste sentido, a experiência obtida através da aula com mapas táteis em salas de recursos para deficientes visuais apresenta tais pressupostos através do cumprimento da lei federal 10639/03.

3. A experiência em sala de aula

Esta pesquisa se desenvolve tendo como base uma extensa revisão de literatura da área, tomando por referência autores que elaboraram material didático de Geografia e Cartografia para indivíduos cegos, com baixa visão ou alunos que não apresentam problemas de visão. Apóia-se numa perspectiva não comparativa de resultados de aplicação do material entre os alunos cegos, de baixa-visão e aqueles sem problemas visuais, tendo como base para a elaboração do material tátil, a compreensão da forma pela qual os alunos deficientes visuais apreendem o mundo.

Para o desenvolvimento de tal pesquisa adotaram-se três etapas: elaboração do mapa; planejamento das atividades e aulas práticas com alunos da EE. Objetivando o ensino da diversidade do continente africano, elaborou-se um mapa em E.V.A.¹, representando os países africanos - com destaque aos países que enviaram pessoas como escravas ao Brasil – sobreposto, de forma independente, ao mapa em alumínio, sobre a divisão regional africana.

Para a elaboração do material didático, Inicialmente selecionou-se o mapa político da África, e assim, optou-se por trabalhar as regiões africanas: África Setentrional, África Meridional, África Ocidental, África Central e África Oriental.

Depois, transferiu-se o mapa com a divisão regional africana para o papel vegetal e assim, realizou-se transferência do seu avesso para as folhas de alumínio, para dar o efeito de alto-relevo. Atentou-se para as divisões regionais, que foram feitas com uma textura diferenciada do contorno do continente, sendo contornadas com caneta para retro-projetor 2.0 mm (ponta média) de cor vermelha, visando atender as necessidades dos alunos com baixa visão. Assim, para identificar cada região no mapa em alumínio, elaborou-se uma legenda numérica e, ainda neste mapa colocou-se velcro para sobrepor o mapa em E.V.A. (Figuras 1).



Figura 1 Mapa em alumínio que representa a divisão da África

Transferiu-se o mapa da divisão regional africana com seus países para as placas emborrachadas em E.V.A. Para atender os alunos com baixa visão optou-se por cores diferentes para cada região, ainda utilizou-se uma textura diferenciada de cor roxa para destacar os países que enviaram africanos durante o período de escravidão (Figura 2 e 3). É válido ressaltar que foi trabalhada esta temática anteriormente na coletânea, porém buscou-se abordar outros países e não apenas os principais, como o realizado no início desta pesquisa.

¹ Placa emborracha

Representações dos países africanos em E.V.A (borracha sintética) para facilitar a visualização e conhecimento de detalhes das representações pelos alunos cegos



Figura 2 África com sua divisão regional e países.

Após a elaboração do mapa foram instaladas quatro micro-chaves para habilitar no mapa as informações sonoras. Inseriu-se na África Meridional um trecho de uma música angolana, país que enviou africanos para o Brasil e também se informou quais outros países se envolveram no tráfico de escravos. Assim, as demais micro-chaves apresentaram características da região e dos países que enviaram africanos ao Brasil (Figura 4).



Figura 3 África Meridional em E.V.A.

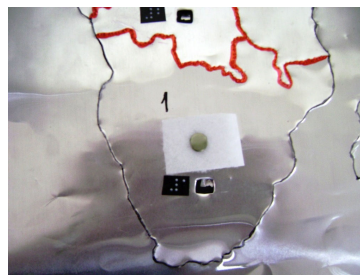


Figura 4 África Meridional com micro-chave e informação numérica e em Braille

Para a realização de prática na escola especial, preparou-se uma atividade com uma aluna cega, visando desenvolver os conceitos relativos à Geografia e História da Migração de Africanos para o Brasil. A atividade foi iniciada com a pergunta à aluna cega “o que vem a sua cabeça quando escuta a palavra África?”, tendo como resposta: “Árvore e floresta”. Assim, o tema da aula - o continente africano – foi apresentado e explicou-se a dimensão e quantidade de países, explanando-se sobre a divisão regional africana. A aluna iniciou a leitura do mapa através do mapa político que estava sobreposto no mapa regional em alumínio, retirando todas as partes móveis, a fim de conhecer o mapa regional (Figura 5, 6 e 7). Desta forma, foi possível realizar consulta da legenda para saber os nomes de cada região.



Figura 5 Aluna destacando a parte referente a África Central em E.V.A.

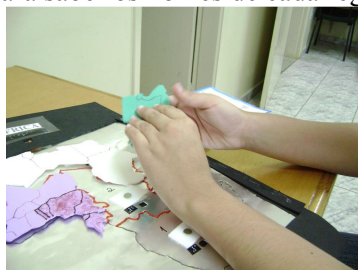


Figura 6: Aluna tateando a região em E.V.A, explorando o países em destaque



Figura 5: Aluna lendo o número referente à região

A aluna percebeu a presença de uma micro-chave, e com o uso da caneta sensor, consultou a informação sonora, a fim de saber do que se tratava (Figura 8). A cada região acionada, procurou-se levantar uma questão. Assim, por exemplo, na região setentrional destacou-se a presença do Saara e as pirâmides do Egito; na África Meridional, a África do Sul, país industrializado; na África Ocidental, a Nigéria, país que apresenta destaque na produção de Petróleo; na África Oriental, países como Somália que apresentam problemas gravíssimos como a fome, e na África Central, a presença da Floresta. Desta forma, observou-se a diversidade dentro do continente africano. A aluna ainda comparou o contorno das regiões em E.V.A. com a linha no mapa em alumínio (Figuras 9, 10 e 11).



Figura 6: Aluna acionando informações sonoras com a caneta sensor



Figura 7: leitura da legenda pela aluna cega



Figura 8: Aluna tateando mapa em alumínio

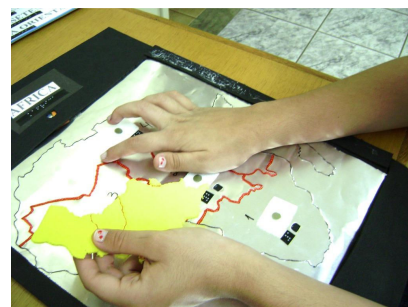


Figura 9: Aluna comparando os contornos do mapa em E.V.A. e do mapa em alumínio

Ao término da leitura do mapa, a pesquisadora retomou a pergunta “o que vem a sua cabeça quando você escuta a palavra África”? E a aluna respondeu: Floresta e animais. Assim, algumas questões foram retomadas, perguntando a aluna quais países da África Meridional enviaram africanos ao Brasil, ela não soube responder no primeiro momento, porém ao tatear o mapa lembrou, dizendo Angola e Moçambique.

5. Resultados e Considerações finais

Nesta experiência pode-se destacar que a aluna mostrou ter noção cartográfica quanto à leitura da legenda, recorrendo a ela sempre que necessário, isso foi construído ao longo de sua iniciação cartográfica, que foi realizada previamente, em outros estudos conduzidos pelo grupo de cartografia tátil da UNESP, campus de Rio Claro nesta escola especial.

Pode-se observar que o material tátil aliado a presença constante do professor, permite que o aluno com deficiência visual tenha maior capacidade de fixação dos conteúdos à ele disponibilizados. Este material tem a função de facilitar o aprendizado, o que pode ser observado neste trabalho.

Observou-se a curiosidade quanto às informações sonoras contribuiu de forma significativa para o conhecimento da cultura africana. Com isso, salienta-se a importância de estimular os alunos a buscarem na legenda informações sobre a área explorada no mapa, mesmo naqueles que possuem recursos sonoros, que devem ser utilizados para complementar as informações disponibilizadas na legenda e não para substituí-

las. Acredita-se que a substituição da legenda por recursos sonoros pode gerar nos alunos falhas na leitura de mapas, pois no cotidiano não é freqüente a utilização de mapas sonoros.

No entanto, constatou-se, também a importância de se trabalhar este mapa em mais de uma aula, devido à quantidade de informação e possibilidades didáticas de uso. Assim, orienta-se o professor para que busque equilibrar a quantidade de conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, seja ela em escola regular ou especial, para não correr o risco de tornar a aula por demais maçante para o aluno, desestimulando a assimilação e o aprendizado.

Por meio do desenvolvimento desta pesquisa buscou-se valorizar as habilidades dos alunos deficientes visuais da EE, sem compará-los, possibilitando situações de ampliação de seus conhecimentos sobre os temas trabalhados, promovendo momentos de integração entre os educandos. Assim, este trabalho, aliado à outros que estão sendo desenvolvidos neste projeto de pesquisa, tem alcançado o objetivo de contribuir tanto para a ampliação do estudo sobre o ensino de Geografia e História para deficientes visuais, como para o aperfeiçoamento da Cartografia Tátil, em uma perspectiva multissensorial.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. C. de; LOCH, R. E. N.. Mapa Tátil, passaporte para a inclusão social. **Extensio**, Florianópolis, v. 2, p. 3/3-36, 2005.

ALMEIDA, R. A. de. A cartografia tátil no ensino de geografia: teoria e prática. In: **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007,

ANDRADE, M. C. de. **O Brasil e a África**. São Paulo: Contexto, 1989, p.79.

ANJOS, R. S. A. dos. A África, a educação e a geografia. **In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005, 236 p.

HUERTAS, J. A.; OCHAÍTA, E.; ESPINOSA, M. A. Movilidad y conocimiento espacial en ausencia de la visión. In: ROSA, A.; OCHAÍTA, E. (coord.) **Psicología de la ceguera**. Madrid: Alianza Editorial, 1993 .

JULIASZ, P. C. S ; FREITAS, M. I. C. ; VENTORINI, S. E. . Proposta diferenciada de elaboração de mapas táteis. In: **XXIII Congresso Brasileiro de Cartografia**, 2007, Rio de Janeiro. Cartografia como instrumento de preservação da integridade nacional. Rio de Janeiro : CBC, 2007. v. XXIII. p. 2475-2483.

MINISTERIO DA EDUCACAO. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC: Brasília, 2004. 35p.

PORTELLA, T. Combate às desigualdades na educação escolar. **Democracia Viva**. n. 34. p. 3-7, 2007. Disponível em < <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Tania1.pdf>> Acesso em 25 jan. 2009

PORTO, E. **A corporeidade do cego: novos olhares**. São Paulo: Editora Unimep/ Memmon, 2005, 127 p.

REILY, L. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas: Ed. Papyrus, 2. ed., 2006. 188 páginas.

SANTOS, S. A dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. **In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005, 236 p.

SERRANO, C.; WALDMAN, M. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula.** São Paulo: Cortez, 2007

SOLER, M. A. **Didáctica multisensorial da las ciencias:** un nuevo método para alumnos ciegos, deficientes visuales, y también sin problemas de visión. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 1999. p. 237

VALENTIM, R. M. ; BACKES, J. L. . A Lei 10639/03 e a educação étnico-cultural-racial: reflexões sobre novos sentidos na escola. In: **II Seminário Internacional: fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão**, 2006, Campo Grande. II Seminário Internacional: fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão. Campo Grande : UCDB, 2006. p. 1-12.

VENTORINI, S. E. **A experiência como fator determinante na representação espacial do deficiente visual.** 2007. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

VENTORINI, S. E. ; FREITAS, M. I. C. ; BORGES, J.,A. S. . Cartografia Tátil e Recursos Sonoros: A experiência com alunos deficientes visuais e normo-visuais. In: **XXIII Congresso Brasileiro de Cartografia**, 2007, Rio de Janeiro. Cartografia como instrumento de preservação da integridade nacional, 2007. v. 23. p. 2489-2497.

WEDDERBURN, C. M. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03.** Brasília: MEC/SECAD, 2005, 236 p.